

Trabalho apresentado no 26º CBCENF

Título: HESITAÇÃO VACINAL E SAÚDE INFANTIL AMEAÇADA: COBERTURA DE IMUNIZAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Relatoria: Wilma de Araújo Nascimento Barros
Ana Paula Rebelo Aquino Rodrigues

Autores: Nadja Romeiro dos Santos
Laura Thereza Lião Barboza Lima
Ana Beatriz Barbosa dos Santos

Modalidade: Pôster

Área: Eixo 2: Ética, política e o poder econômico do cuidado

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: O direito à saúde é um benefício social e está contemplado na Constituição Federal de 1988. Há mais de 50 anos, a vacinação em massa tornou-se uma das melhores estratégias para proteger a população, desde os primeiros anos de vida, contra doenças graves preveníveis. No entanto, alguns anos antes da pandemia de Covid-19 e principalmente no auge da emergência sanitária, em 2020 e 2021, o Brasil observou um aumento da recusa ou hesitação vacinal em relação aos imunizantes já consolidados e estabelecidos no calendário infantil. Objetivo: Analisar as causas da recusa vacinal infantil no Brasil antes e durante a pandemia de Covid-19 e suas possíveis consequências para as crianças. Método: Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental baseada em consultas às plataformas Scielo e BVS referentes a 2019-2024, e aos relatórios e documentos oficiais do DATASUS, do Ministério da Saúde, com dados sobre vacinação infantil no Brasil no período 2013 a 2023. Resultados/Discussão: A vacinação como forma de prevenir diversas doenças enquadra-se no rol de direitos para que se mantenha a saúde da população. Porém, esse direito esteve ameaçado, principalmente de 2019 a 2022, em virtude da propagação de notícias falsas e conteúdos enviesados, por meio das redes sociais, e discursos de autoridades que desencorajaram a medida, pondo em dúvida a eficácia e a segurança das vacinas. Os índices de cobertura vacinal despencaram, trazendo de volta o risco de doenças graves que até então eram consideradas controladas ou erradicadas. A BCG, que em 2018 teve 99,72% de cobertura, caiu para 77,14% em 2020 e 74,48% em 2021. Já a poliomielite, por sua vez, alcançou 100,71% em 2013, 89,54% em 2018, e, durante a pandemia, caiu para 76,79% (2020) e 70,93% (2021). Outro possível fator que levou à redução da imunização foi o distanciamento social durante a pandemia. Considerações finais: Crianças não vacinadas podem desenvolver doenças graves, que causam sofrimento, dor e muitos sintomas que podem evoluir para óbito. Bem como trazer consequências que atingem diretamente a população como um todo. Além do mais, caso o Brasil volte a ter surto de alguma das doenças evitáveis com vacinação, haverá sobrecarga de hospitais e unidades de saúde. Por outro lado, a ação integrada e compartilhada de trabalhadores de saúde, das instâncias de controle social do SUS e da sociedade civil, com apoio dos governos como um todo, pode tirar o Brasil da zona de risco e retomar os índices vacinais seguros.